

REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2026/09/07**DELIBERAÇÃO****Serviço responsável** | GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**Assunto** | Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Carreira no âmbito da execução de Obras Diversas**Informação | Considerando que:**

A delegação de competências nas freguesias concretiza-se através de contratos interadministrativos e dirige-se a todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais – cfr. artigos 120.º e 131.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A concretização da delegação de competências preconiza fundamentalmente a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações, bem como a eficiente e eficaz utilização dos recursos disponíveis, com respeito pelos princípios da igualdade e da não discriminação – cfr. artigos 118.º e 121.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, na sua redação atual.

O princípio da igualdade vincula a Administração Pública à não discriminação, positiva ou negativa, dos cidadãos e está associado ao princípio da imparcialidade, que implica que os seus poderes discricionários devam ser concretizados segundo os mesmos critérios, medidas e condições relativamente a todos os particulares em idêntica situação, neste caso a todas as freguesias.

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 115.º aplicável por força do disposto no artigo 122.º ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, a celebração dos contratos interadministrativos deve ser precedida de estudos destinados a demonstrar que a concretização da delegação de competências cumpre os seguintes requisitos:

- não aumento da despesa pública;
- aumento da eficiência da gestão de recursos pelas autarquias locais;
- ganhos de eficiência do exercício de competências pelos órgãos das autarquias locais;
- articulação entre os diversos níveis da administração pública;
- prossecução dos seguintes objetivos: aproximação das decisões aos cidadãos; promoção da coesão nacional; reforço da solidariedade inter-regional; melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações; e racionalização dos recursos disponíveis.

Os termos e condições do presente contrato, bem como dos recursos que lhe são afetos e do modo de afetação foram objeto de negociação entre o Município de Leiria e as Freguesias/União de Freguesias, em cumprimento do Despacho n.º 136/2025, de 11 de novembro, proferido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Leiria no uso de competência delegada – cfr. alínea i) do n.º 1 do artigo 16.º e alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013.

Estas intervenções, resultantes da identificação e estudo de recursos das obras de construção/requalificação, implicam a celebração deste contrato;

A despesa será satisfeita pelo Plano 2025 | I | 100 e deu origem ao cabimento n.º 3891/26, correspondendo-lhe o compromisso n.º 2615/26 e NCD n.º 11132.



Este contrato interadministrativo, face aos recursos financeiros a atribuir às freguesias, não é sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado nos artigos 46.º a 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Leiria, no uso da competência prevista na alínea m) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tendo por base o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Leiria e a **Freguesia de Carreira**, no âmbito da execução de obras diversas, submeta o presente processo à Assembleia Municipal para, em conformidade com o previsto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

- i. Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo, que constitui o Anexo I e faz parte integrante da presente deliberação, e, consequentemente, aprovação da própria minuta;
- ii. Autorização da celebração do Contrato Interadministrativo entre o Município de Leiria e a Freguesia de Carreira.

Mais se propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Deliberação | A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, no uso da competência prevista nas alíneas m) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **deliberou por unanimidade** submeter o presente processo à Assembleia Municipal para, em conformidade com o previsto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

- a) Aprovação do Contrato Interadministrativo, que constitui o Anexo I e faz parte integrante da presente deliberação, e, consequentemente, aprovação da própria minuta;
- b) Autorização da celebração do Contrato Interadministrativo entre o Município de Leiria e a Freguesia de Carreira;
- c) Solicitar à Assembleia Municipal que a deliberação seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

Juliana Crespo Marcelino
TÉCNICO SUPERIOR
08-09-2026

Assinatura Digital Certificada

1

Gonçalo Nuno Bertolo Gordalina Lopes
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
08-09-2026

Assinatura Digital Certificada

2

**Minuta Contrato Interadministrativo de delegação de competências no âmbito da execução de Obras
Diversas**

Entre:

Município de Leiria, pessoa coletiva pública com o n.º 505 181 266, com sede no Largo da República, 2414-006 Leiria e com o endereço eletrónico cmleiria@cm-leiria.pt, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes, no exercício das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, doravante designado como **Primeiro Outorgante**,

E

Freguesia de Carreira, pessoa coletiva pública com o n.º 519050223, com sede em Rua Principal, n.º 933, Carreira, e com o endereço eletrónico freguesiadacarreira@gmail.com, aqui representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, Mário Jerónimo de Carvalho, no exercício das competências previstas nas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, doravante designada como **Segunda Outorgante**,

Doravante designados conjuntamente por **Partes**,

Considerando que:

a) Constituem atribuições dos municípios e das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, cuja prossecução articulam entre si, com observância pelos princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, de acordo com o disposto no artigo 4.º, no n.º 1 do artigo 7.º, no n.º 1 do artigo 23.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

b) Para efeitos da prossecução articulada das respetivas atribuições, podem os órgãos municipais recorrer à delegação das suas competências nos órgãos das freguesias visando, nomeadamente, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 117.º e no artigo 118.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

c) Os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, devendo, para o efeito, celebrar contratos interadministrativos, sob pena de nulidade, de harmonia com o estabelecido no artigo 119.º, no n.º 1 do artigo 120.º e no artigo 131.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e no n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

d) A delegação de competências nas freguesias observa os princípios da universalidade e da equidade, de modo que, em regra, todas as freguesias do mesmo município beneficiem das mesmas competências



e, em termos proporcionais, de recursos equivalentes, nos termos do n.º 3 do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

e) A delegação de competências da câmara municipal para a junta de freguesia deve ser acompanhada da transferência de recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 115.º, aplicável por força do n.º 1 do artigo 122.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

f) Os contratos interadministrativos de delegação de competências devem ser acompanhados por estudos que demonstrem o cumprimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º, aplicável por força do disposto no n.º 2 do artigo 122.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

g) À negociação, celebração, execução e cessação destes contratos é aplicável o disposto no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e, a título subsidiário, o Código dos Contratos Públicos e o Código do Procedimento Administrativo, devendo obediência, em qualquer caso, aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência dos recursos, nos termos do n.º 2 do artigo 120.º e do artigo 121.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

h) Compete à câmara municipal discutir e preparar com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências, nos termos da lei, e submeter à assembleia municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências com as juntas de freguesia, de acordo com o preceituado nas alíneas l) e m), ambas do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

i) Nessa sequência, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e as juntas de freguesia, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

j) Por sua vez, compete à junta de freguesia, discutir e preparar com a câmara municipal contratos de delegação de competências, nos termos legalmente previstos, e submeter à assembleia de freguesia, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, de acordo com o preceituado nas alíneas i) e j), ambas do n.º 1 do artigo 16.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

k) Nesse seguimento, compete à assembleia de freguesia, sob proposta da junta de freguesia, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a junta de freguesia e a câmara municipal, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

Considerando ainda que:

a) Por força do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Município de Leiria dispõe de atribuições nos domínios do equipamento rural e urbano, competindo à Câmara Municipal criar e construir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no



património do município, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do sobredito diploma legal;

b) Importa racionalizar os recursos disponíveis, oferecendo respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que as autarquias locais se defrontam diariamente;

c) Pelo estudo promovido pelo Município de Leiria, demonstrando o cumprimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 122.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, constante do Anexo I ao presente contrato e que dele faz parte integrante, conclui-se que a promoção e execução da obra, fica melhor acautelada se delegada na Freguesia de Carreira, por razões de eficácia, eficiência e proximidade da população;

d) O presente contrato interadministrativo encontra-se isento de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, de harmonia com o disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 97/98, de 26 de agosto, na sua redação atual, que estabelece a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas e na alínea c) do n.º 4 do artigo 291.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o Orçamento do Estado para 2026;

É celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o presente contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito da execução de obras diversas, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª | Objeto do contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Leiria na Junta de Freguesia de Carreira para a realização de obras diversas, de construção e requalificação urbana, na área da circunscrição territorial da respetiva freguesia, as quais constam do Anexo I ao presente contrato e que dele faz parte integrante.

Cláusula 2.ª | Prazo de vigência do contrato

1. O período de vigência do contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Leiria.
2. O contrato considera-se renovado após a instalação da Assembleia Municipal de Leiria, sem prejuízo do disposto no n.º 2 da cláusula 17.ª.

CAPÍTULO II – Execução do contrato

Cláusula 3.ª | Exercício das competências delegadas

1. O exercício das competências delegadas compreende a prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público e deve efetuar-se em conformidade com as orientações e normas técnicas, constantes do Anexo I ao presente contrato e que dele faz parte integrante, com as demais que a Câmara Municipal venha a emitir, bem como com os regulamentos municipais e disposições legais aplicáveis.
2. A Câmara Municipal pode delegar a competência prevista no n.º 1 no seu Presidente com a faculdade de subdelegação nos Vereadores.

**Cláusula 4.ª | Gestor do contrato**

1. O acompanhamento, controlo e gestão da execução do presente contrato são realizados pelo Município de Leiria, através do gestor do contrato por si designado.
2. A função nuclear do gestor do contrato consiste no acompanhamento permanente do cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas entre as Partes, designadamente no que respeita à execução temporal, técnica, material e financeira do presente contrato.
3. Sempre que sejam detetados desvios, defeitos ou anomalias na execução do contrato, o gestor do contrato deve comunicá-los de imediato à Câmara Municipal, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem adequadas.
4. Para o exercício das suas funções, e em respeito da multidisciplinaridade e segregação de funções associada à execução do contrato, pode o gestor do contrato ser coadjuvado por equipa de trabalho que inclua as vertentes administrativa, financeira e de verificação física e técnica.
5. Para efeitos do presente contrato, é designado a Senhora Engenheira Ana Cristina Silva, diretora do DEOM (Departamento Obras Municipais) da Câmara Municipal de Leiria.
6. A Câmara Municipal pode delegar no gestor do contrato poderes para determinar a adoção de medidas corretivas, a que se refere o n.º 3 da presente cláusula.

Cláusula 5.ª | Relatório de execução física e financeira e outros documentos

1. A Segunda Outorgante elabora um relatório de execução física e financeira da obra, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros, bem como dos competentes autos de medição, com vista à disponibilização dos recursos financeiros pelo Primeiro Outorgante.
2. A Segunda Outorgante deve apresentar o relatório a que se refere o número anterior, no prazo de 10 dias a contar da data do último documento de despesa nele incluso.
3. Prazo para a apresentação de relatórios: até 30 de novembro de 2027.
4. O Primeiro Outorgante pode, ainda, solicitar a apresentação de outros relatórios ou de documentos adicionais que visem a comprovação da satisfação do interesse público e o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula 6.ª | Análise e aprovação dos relatórios e documentos

1. Os relatórios e os documentos a que se refere a cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação do gestor do contrato e aprovação da Câmara Municipal, após a entrega de relatório de vistoria a realizar pelos seus serviços técnicos.
2. A Segunda Outorgante deve ser notificada da decisão final ou do projeto de decisão no prazo de 30 dias após a entrega do relatório.
3. A Câmara Municipal pode delegar a competência prevista no n.º 1 no seu Presidente, com a faculdade de subdelegação nos Vereadores.

Cláusula 7.ª | Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. O Primeiro Outorgante, através do gestor do contrato, verifica o cumprimento do objeto do presente contrato pela Segunda Outorgante, podendo determinar a realização de vistorias às obras, bem como solicitar informações e documentos que considere necessários para o efeito.



2. Sempre que sejam detetados desvios, defeitos ou anomalias na execução do contrato, o gestor de contrato deve comunicá-los de imediato à Câmara Municipal, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem adequadas a repor ou corrigir as faltas reportadas.
3. As medidas corretivas que hajam de ser aplicadas no âmbito da verificação do cumprimento do objeto do contrato vinculam imediatamente a Segunda Outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

CAPÍTULO III - Recursos financeiros, patrimoniais e humanos

Cláusula 8.ª | Recursos financeiros

1. Pelo Primeiro Outorgante são disponibilizados recursos financeiros à Segunda Outorgante, destinados à execução do presente contrato, até ao limite máximo anual fixado e constante do estudo de recursos financeiros, que constitui o Anexo I ao presente contrato e dele faz parte integrante.
2. Os recursos financeiros são transferidos para a Segunda Outorgante após a entrega e aprovação dos relatórios de execução física e financeira a que se refere a cláusula 5.ª e após a entrega de relatório de vistoria à obra realizada.
3. Os montantes associados aos recursos financeiros são os necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas e são exclusivamente afetos pela Junta de Freguesia de Carreira ao objeto do presente contrato.

Cláusula 9.ª | Recursos patrimoniais

Para a execução deste contrato não foi negociada a cedência de recursos patrimoniais.

Cláusula 10.ª | Recursos humanos

1. Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato são disponibilizados pelo Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante, sempre que esta atempadamente os solicite.
2. Os recursos humanos a disponibilizar destinam-se a prestar apoio técnico à Segunda Outorgante.

CAPÍTULO IV – Obrigações das Partes

Cláusula 11.ª | Obrigações do Primeiro Outorgante

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o Primeiro Outorgante obriga-se a:

- a) Acompanhar e controlar a execução do exercício das competências delegadas;
- b) Prestar apoio técnico à Segunda Outorgante, através dos seus recursos humanos, sempre que esta atempadamente o solicite;
- c) Apreciar os relatórios de execução física e financeira referentes à execução das competências delegadas;
- d) Promover as competentes vistorias;
- e) Transferir os recursos financeiros devidamente suportados em documentos de despesa e incluídos nos relatórios de execução física e financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 5.ª, após a sua aprovação;
- f) Elaborar o relatório anual referente à execução das competências delegadas.

Cláusula 12.ª | Obrigações da Segunda Outorgante

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a Segunda Outorgante obriga-se a:

- a) Exercer uma correta e equilibrada execução das competências delegadas;



- b) Entregar ao Primeiro Outorgante os relatórios e documentos a que se refere a cláusula 5.ª;
- c) Cumprir com todas as orientações e normas técnicas constantes do presente contrato, bem como as obrigações legais e regulamentares aplicáveis ao exercício das competências delegadas e, ainda, as que a Câmara Municipal venha a emitir;
- d) Suportar os custos da obra que ultrapassem o valor estabelecido no Anexo I do presente contrato, quando aplicável;
- e) Designar um representante para a verificação do cumprimento do presente contrato;
- f) Prestar as informações que o Primeiro Outorgante lhe solicite sobre os atos praticados no exercício das competências delegadas;
- g) Comunicar ao Primeiro Outorgante a data prevista para início de cada intervenção com a antecedência de 10 dias úteis;
- h) Comunicar ao Primeiro Outorgante qualquer ocorrência que possa prejudicar, impedir ou tornar mais oneroso o exercício das competências delegadas;
- i) Aplicar as medidas corretivas determinadas pelo Primeiro Outorgante no âmbito da verificação do cumprimento do contrato, nos termos do n.º 3 da cláusula 7.ª.

Cláusula 13.ª | Obrigações adicionais

Para uma articulação permanente entre as Partes sobre a execução deste contrato, podem o gestor do contrato do Município e o representante a que se refere a alínea e) da cláusula anterior reunir-se, sempre que necessário, de forma a garantir eficazmente o cumprimento do objeto do contrato.

Cláusula 14.ª | Ocorrências e emergências

A Segunda Outorgante deve comunicar, por escrito, ao Primeiro Outorgante qualquer ocorrência ou emergência que possa afetar o normal funcionamento de infraestruturas, na sequência da execução das obras previstas no presente contrato.

CAPÍTULO III – Modificação, suspensão e cessação do contrato

Cláusula 15.ª | Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo entre as Partes, designadamente:

- a) Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
- b) Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

2. A modificação do contrato obedece ao procedimento de formação do contrato e deve ser formalizada sob a forma escrita, através de adenda.

Cláusula 16.ª | Suspensão do contrato

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

- a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.



2. Sempre que a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, as Partes devem demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.
3. A suspensão do contrato não pode originar a quebra ou descontinuidade da execução das competências delegadas pelo presente contrato.

Cláusula 17.ª | **Caducidade**

1. O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na cláusula 2.ª, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes, salvo o disposto no número seguinte.
2. As Partes podem promover a denúncia do contrato, no prazo de seis meses após a instalação da Assembleia Municipal de Leiria.
3. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes não determina a caducidade do presente contrato.

Cláusula 18.ª | **Revogação**

1. As Partes podem, por acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências em qualquer momento.
2. A revogação deve revestir a forma escrita, sendo os seus efeitos fixados no acordo.

Cláusula 19.ª | **Resolução**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as Partes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada.

CAPÍTULO I - **Disposições finais**

Cláusula 20.ª | **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, com recibo de receção e de leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª | **Contagem dos prazos**

Salvo disposição em contrário, os prazos previstos neste contrato são contínuos.

**Cláusula 22.ª | Documentos que integram o contrato**

O presente contrato é composto pelo respetivo clausulado e pelos seguintes anexos que dele fazem parte integrante:

a) Anexo I – Estudo de demonstração dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação, e respetivos anexos: MQT e plantas de localização;

Cláusula 23.ª | Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato devem ser observados:

- a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;
- b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e o regime jurídico nela aprovado;
- c) O artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

2. Subsidiariamente, são aplicáveis:

- a) O Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III, com as devidas adaptações;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 24.ª | Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato interadministrativo de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 25.ª | Produção de efeitos

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura pelos Outorgantes.

Cláusula 26.ª | Publicidade

O presente contrato é publicitado na Internet, no sítio institucional do Município de Leiria.

Parágrafo Primeiro:

A minuta do presente contrato interadministrativo de delegação de competências foi aprovada pela Câmara Municipal de Leiria, em sua reunião de __ de ____ de 2026, e submetida à Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão de __ de ____ de 2026, que autorizou a sua celebração, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e foi aprovada pela Junta de Freguesia de Carreira, em sua reunião de __ de ____ de 2026, e submetida à sessão da Assembleia de Freguesia de Carreira de __ de ____ de 2026, que autorizou a sua celebração, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º do Anexo I à referida Lei.

Parágrafo Segundo:

A despesa relativa a este contrato será satisfeita pelo Plano 2025 | I | 100, e deu origem ao cabimento n.º 3891/26, correspondendo-lhe o compromisso n.º 2615/26 e NCD n.º 11132

**Parágrafo Terceiro:**

O presente contrato interadministrativo é composto por __ (____) páginas e __ (____) anexos, sendo devidamente assinado pelos seus representantes depois de declararem ter lido, compreendido e aceite todas as suas cláusulas.

Leiria, __ de _____ de 202__.

O Presidente da Câmara Municipal de Leiria

Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes

O Presidente da Junta de Freguesia de Carreira

Mário Jerónimo de Carvalho

Anexos:

Anexo I - Estudo de demonstração dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e respetivos anexos: MQT e plantas de localização.

Departamento de Obras Municipais (DEOM)**ESTUDO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS**

((n.º 2 do artigo 122.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual))

1. ENQUADRAMENTO FACTUAL**1.1. Designação do contrato interadministrativo**

Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Carreira do concelho de Leiria no âmbito da execução de obras diversas de interesse local.

1.2. Designação do Identificação da intervenção/atividade/âmbito da competência a delegar

O presente Contrato Interadministrativo tem por objeto a execução de obras de construção, conservação, reparação, beneficiação e requalificação de infraestruturas, equipamentos e espaços de utilização pública local.

As intervenções abrangidas compreendem, designadamente, trabalhos de conservação, beneficiação, reparação e requalificação de infraestruturas e equipamentos municipais, incluindo obras de requalificação viária, pavimentações, construção, reparação e beneficiação de passeios e percursos pedonais, execução, manutenção e reparação de redes de drenagem de águas pluviais, valetas e outros sistemas de escoamento, bem como trabalhos de recuperação, conservação e reparação do edificado municipal.

Incluem-se ainda, entre outras, as seguintes intervenções:

- Reparação, conservação e beneficiação de edifícios e equipamentos públicos;
- Construção, reparação e beneficiação de muros, muretes e vedações;
- Reparação e beneficiação de arruamentos, vias e outros espaços públicos;
- Instalação, substituição e reparação de mobiliário urbano;
- Eliminação de barreiras arquitetónicas e melhoria das condições de acessibilidade;
- Obras de valorização e qualificação do espaço público;
- Intervenções de requalificação urbana;
- Outras intervenções de interesse local, devidamente autorizadas pelo Município, que contribuam para a melhoria das condições de utilização, segurança, funcionalidade e valorização dos espaços e equipamentos públicos.

As intervenções a realizar visam assegurar adequadas condições de segurança, funcionalidade, acessibilidade, conforto e qualidade dos espaços públicos e equipamentos municipais, contribuindo para a valorização do território, para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a preservação e conservação do património municipal.

Excluem-se do âmbito do presente contrato:

- Obras integradas em empreitadas municipais em curso;

- Obras financiadas por programas comunitários ou nacionais cuja execução esteja atribuída ao Município;
- Intervenções que impliquem projeto de execução obrigatório nos termos da legislação aplicável;
- Obras em edifícios classificados ou em áreas sujeitas a regimes especiais sem prévia autorização das entidades competentes.

1.3. Localização das intervenções

As intervenções serão realizadas na área territorial da respetiva Freguesia de Carreira do concelho de Leiria.

No caso concreto da intervenção destinada à execução de um muro de contenção, com vista ao alargamento da via e à reposição das respetivas condições de segurança, a realização dos trabalhos fica condicionada à prévia obtenção, pela Junta de Freguesia, de Autorização de Cedência, por escrito, do(s) proprietário(s) dos terrenos abrangidos, relativamente às parcelas necessárias à execução da intervenção. A referida autorização deverá ser obtida antes do início dos trabalhos e remetida ao Município para integração no processo.

2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A delegação de competências nas freguesias concretiza-se através de contratos interadministrativos e dirige-se a todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 120.º e 131.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a eficiente utilização dos recursos disponíveis, com respeito pelos princípios da igualdade, proporcionalidade e não discriminação.

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 115.º, aplicável por força do artigo 122.º do referido diploma legal, a celebração do presente contrato interadministrativo é precedida do presente estudo destinado a demonstrar o cumprimento dos requisitos legalmente exigidos.

3. RECURSOS A AFETAR E RESPETIVA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. Recursos Financeiros

Os recursos financeiros a afetar ao presente Contrato Interadministrativo correspondem às verbas necessárias à execução das intervenções previstas.

A distribuição dos recursos financeiros pelas Freguesias/União de Freguesias foi definida de acordo com critérios objetivos e transparentes, considerando designadamente:

- Área territorial;
- População residente;
- Número de lugares e aglomerados populacionais;
- Extensão do património público existente;
- Necessidades de intervenção identificadas;
- Histórico de execução de contratos anteriores.

Os recursos financeiros transferidos apenas poderão ser utilizados na execução dos trabalhos abrangidos pelo presente contrato.

Os recursos financeiros que não sejam integralmente suportados por documentos de despesa elegíveis durante o ano civil a que respeitam não transitam para o ano seguinte.

As transferências financeiras processam-se da seguinte forma:

- Pagamentos após envio dos Autos de Medição, faturas e dos Relatórios de Execução Física e Financeira (REFF), mediante vistoria técnica e relatório do Gestor de Contrato.

4. QUADRO FINANCEIRO

Freguesia	CI Obras Diversas 2026
Carreira	18 625,00 €

4.1. Recursos Humanos

À execução do presente contrato interadministrativo não serão afetos recursos humanos do Município de Leiria.

4.2. Recursos Patrimoniais

A execução do presente contrato interadministrativo incide sobre bens patrimoniais pertencentes ao Município de Leiria, podendo, no caso específico da execução do muro de contenção necessário ao alargamento da via e à reposição das condições de segurança, abranger parcelas de terrenos de propriedade privada, mediante prévia autorização dos respetivos proprietários.

Compete à Junta de Freguesia assegurar, previamente à execução da obra, a obtenção das respetivas Autorizações de Cedência dos proprietários, devendo estas identificar os terrenos abrangidos e conter a aceitação expressa das condições associadas à implantação da infraestrutura.

As Autorizações de Cedência deverão ainda prever expressamente que, decorrido o prazo de garantia da obra de cinco anos, o muro de contenção e demais elementos da infraestrutura implantados nos terrenos privados passam a integrar os respetivos prédios e ficam sob a responsabilidade dos seus proprietários, os quais assumem integralmente, a partir dessa data, todos os encargos inerentes à sua conservação, manutenção, reparação e pintura, sem quaisquer encargos para o Município de Leiria ou para a Junta de Freguesia.

4.3. Modalidades de execução da intervenção

A execução das intervenções poderá ocorrer através de:

- Administração direta;
- Contrato de empreitada;
- Contrato de aquisição de bens;
- Contrato de prestação de serviços;

observando sempre o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

5. ESTUDO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS COM DEMONSTRAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS

5.1. Não aumento da despesa pública

A presente delegação de competências não determina aumento da despesa pública global, uma vez que os recursos financeiros transferidos correspondem a despesas que, na ausência do contrato, seriam suportadas diretamente pelo Município.

A proximidade das Freguesias às necessidades locais permite uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis, reduzindo custos administrativos, tempos de resposta e deslocações.

Será igualmente assegurado o cumprimento das normas legais aplicáveis à contratação pública e à realização da despesa.

5.2. Aumento da eficiência da gestão de recursos pelas autarquias locais

A delegação de competências permitirá uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis, designadamente através:

- Da identificação mais célere das necessidades de intervenção;
- Da redução dos tempos de resposta;
- Do acompanhamento permanente dos trabalhos;
- Da otimização dos recursos humanos e materiais disponíveis nas freguesias.

5.3. Ganhos de eficiência do exercício de competências pelos órgãos das autarquias locais

A proximidade das Freguesias às populações proporciona uma maior capacidade de identificação de necessidades e de priorização das intervenções.

A execução das pequenas obras através das Freguesias permitirá uma resposta mais rápida às solicitações dos cidadãos, reforçando a eficácia da ação administrativa.

5.4. Cumprimento dos objetivos previstos no artigo 118.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013

O presente contrato contribui para:

- Aproximação das decisões aos cidadãos;
- Reforço da coesão territorial;
- Promoção da descentralização administrativa;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- Racionalização dos recursos disponíveis;
- Reforço da cooperação institucional entre Município e Freguesias.

5.5. Articulação entre o Município de Leiria e as Freguesias

A execução do contrato será acompanhada por gestor designado pelo Município, competindo-lhe assegurar o acompanhamento técnico, administrativo e financeiro das intervenções realizadas.

O Município prestará igualmente o apoio técnico necessário à execução dos trabalhos abrangidos pelo contrato, sempre que solicitado.

No caso da intervenção relativa ao muro de contenção, compete ainda à Junta de Freguesia garantir que as Autorizações de Cedência e as declarações de aceitação das responsabilidades futuras pelos proprietários se encontram devidamente formalizadas e entregues ao Município antes do início dos trabalhos, constituindo esta formalização condição necessária à execução da intervenção.

6. CONCLUSÃO

Face ao exposto, conclui-se que a presente delegação de competências promove uma utilização mais eficiente dos recursos públicos, reforça a proximidade entre a administração e os cidadãos, melhora a capacidade de resposta às necessidades locais e não determina aumento da despesa pública global.

A execução das competências pelas Freguesias/União de Freguesias permitirá uma maior celeridade na concretização das intervenções, uma melhor adequação das soluções às necessidades identificadas e uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis, encontrando-se plenamente salvaguardados o interesse público e o interesse municipal.

A execução do muro de contenção fica, assim, condicionada à prévia formalização das Autorizações de Cedência dos proprietários dos terrenos abrangidos, incluindo a assunção, por estes, da responsabilidade pela infraestrutura após o termo do prazo de garantia da obra, nos termos acima definidos.

Leiria, 30 de agosto de 2026.

Ana Cristina
Dinis da Silva

Assinado de forma digital
por Ana Cristina Dinis da
Silva
Dados: 2026.08.30
23:29:03 +01'00'

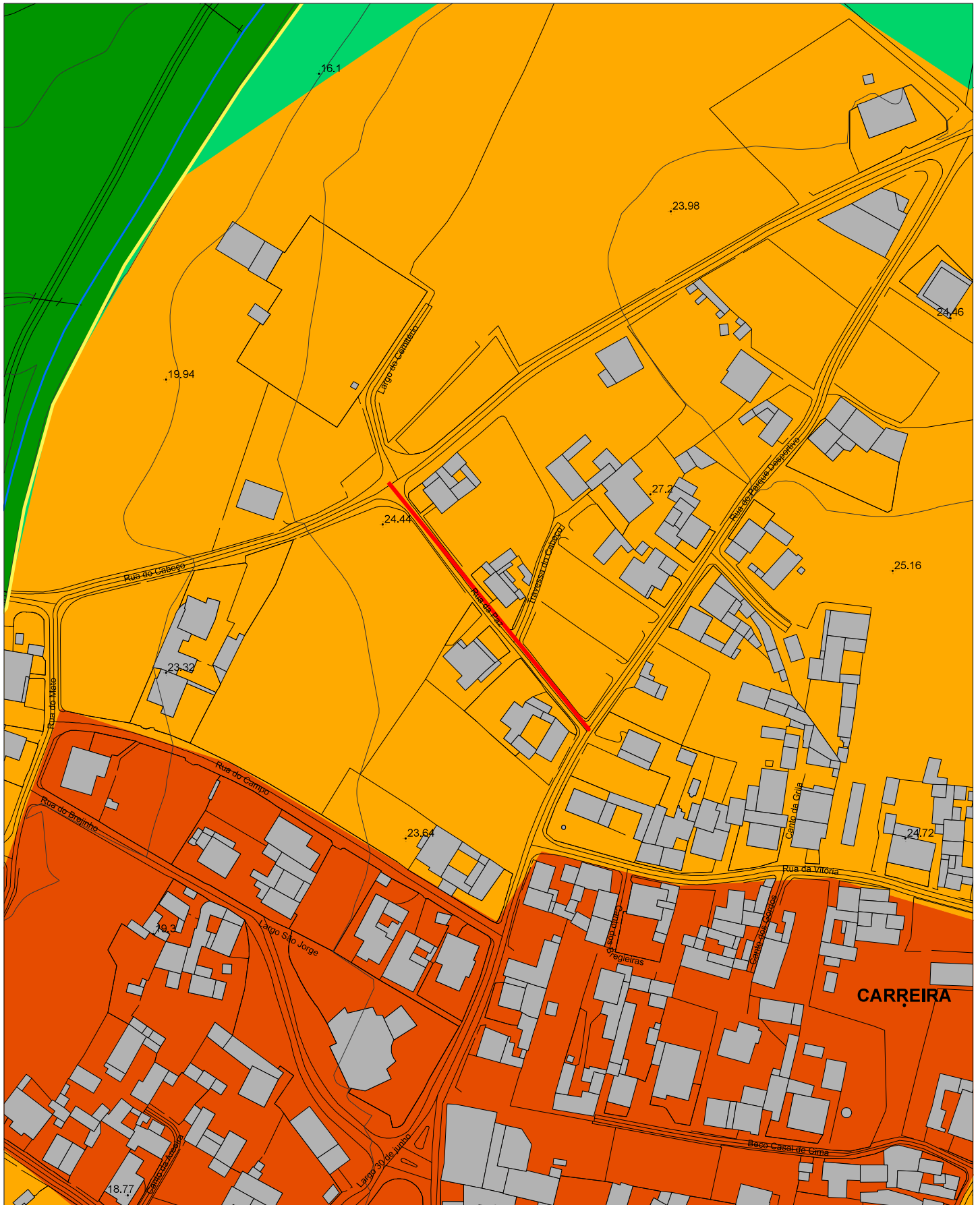
Ana Cristina Silva
DDEOM

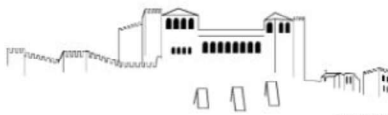
DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS

LISTA DE QUANTIDADES E ESPÉCIES DE TRABALHOS DO PROJECTO

Código	Designação	Qtd.	Un.	Preço Unit.	Total
1	Alargamento da Rua da Paz				
1	Execução dos trabalhos de demolição do muro existente localizado junto à estrada, incluindo a desmontagem e remoção integral dos elementos constituintes, transporte e descarga em vazadouro autorizado. Inclui todos os meios humanos e equipamentos necessários à perfeita execução dos trabalhos.	68,00	M2	21,50 €	1 461,80 €
2	Execução de sapata de fundação em betão armado C25/30, incluindo escavação, preparação da base, fornecimento e colocação de armaduras, betonagem, vibração e cura do betão, com todos os materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos trabalhos.	1,00	M3	1 535,50 €	1 535,50 €
3	Execução de pilares em betão armado C25/30, incluindo armaduras, cofragem, betonagem, vibração, cura e descofragem, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos trabalhos.	1,51	M3	767,75 €	1 159,30 €
4	Execução de alvenaria em blocos de betão de 20 cm de espessura, assentes com argamassa adequada, incluindo fornecimento de materiais, remates e todos os meios necessários à perfeita execução dos trabalhos.	80,00	M2	46,07 €	3 685,21 €
5	Execução de reboco de um paramento do muro com argamassa adequada, incluindo preparação do suporte, aplicação, regularização, remates e equipamentos necessários à execução dos trabalhos.	40,00	M2	27,64 €	1 105,56 €
6	Execução de capeamento em cimento moldado in situ com aditivo impermeabilizante, incluindo preparação do suporte, eventual cofragem, formação de pendentes e pingadeiras, acabamento e remates, e equipamentos necessários à correta execução dos trabalhos.	40,00	ML	23,03 €	921,30 €
7	Fornecimento e colocação de caixa de água nova, incluindo acessórios, ligações à rede existente e equipamentos necessários à correta execução dos trabalhos.	1,00	UN	921,30 €	921,30 €
8	Execução da pintura do paramento previamente rebocado, incluindo a preparação da superfície, aplicação de primário selante adequado ao suporte e aplicação de duas demãos de tinta (cor a definir), com todos os equipamentos necessários à correta execução dos trabalhos.	40,00	M2	27,64 €	1 105,56 €
9	Fornecimento e colocação de pavê e lancil no passeio, incluindo preparação da superfície, base de assentamento e todos os materiais e mão de obra necessários à execução dos trabalhos.	48,00	M2	46,07 €	2 211,12 €
10	Fornecimento e colocação de portão em chapa metálica (dim. 3,00 x 1,20 m), incluindo todos os acessórios, ferragens, pintura e mão de obra necessários à sua correta instalação.	1,00	UN	1 381,95 €	1 381,95 €
11	Fornecimento e colocação de vedação em chapa metálica verde perfilada galvanizada, incluindo todos os materiais, acessórios e mão de obra necessários à sua correta execução.	28,00	M2	41,46 €	1 160,84 €
12	Fornecimento e aplicação de betão betuminoso (camada de desgaste), incluindo preparação e regularização da superfície, remoção de material existente e todos os materiais e meios necessários à execução dos trabalhos.	1,00	M2	921,30 €	921,30 €
Total da Proposta					17 570,75 €
Total da Proposta com IVA a 6%					18 625,00 €

Plano Diretor Municipal de Leiria





Plano Diretor Municipal de Leiria
Aviso nº 9036/2026, de 21 de abril | Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo
Legenda

SOLO RÚSTICO

-  ESPAÇOS AGRÍCOLAS
- ESPAÇOS FLORESTAIS
 -  ESPAÇOS FLORESTAIS DE PRODUÇÃO
 -  ESPAÇOS FLORESTAIS DE CONSERVAÇÃO
-  ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS
-  ESPAÇOS NATURAIS E PAISAGÍSTICOS
-  AGLOMERADOS RURAIS
-  ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA
-  ESPAÇO DESTINADO A EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS

SOLO URBANO

- ESPAÇOS CENTRAIS
 -  GRAU I
 -  GRAU II
 -  GRAU III
 -  HISTÓRIA E PATRIMÓNIO
- ESPAÇOS HABITACIONAIS
 -  GRAU I
 -  GRAU II
- ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS
 -  ÁREA COMERCIAL E DE SERVIÇOS
 -  ÁREA INDUSTRIAL E ARMAZENAGEM
 -  ÁREA DE "ESTRADA - MERCADO"
- ESPAÇOS VERDES
 -  ÁREA DE PROTEÇÃO E ENQUADRAMENTO
 -  ÁREA DE RECREIO E LAZER
- ESPAÇOS DE USO ESPECIAL
 -  ESPAÇOS TURÍSTICOS
 -  ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS
- ESPAÇOS URBANOS DE BAIXA DENSIDADE
 -  ESPAÇOS URBANOS DE BAIXA DENSIDADE

-  ZONAS INUNDÁVEIS
-  ÁREAS A EXCLUIR DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO VALE DO LIS, EM SOLO URBANO

INFRAESTRUTURAS

REDE FERROVIÁRIA

 LINHA DO OESTE

INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS

NÍVEL I - REDE ESTRUTURANTE



NÍVEL II - REDE DE DISTRIBUIÇÃO PRINCIPAL



NÍVEL III - REDE DE DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA



NÓ



OUTRAS INFRAESTRUTURAS

 APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO SIROL

 APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO VALE DO LIS

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

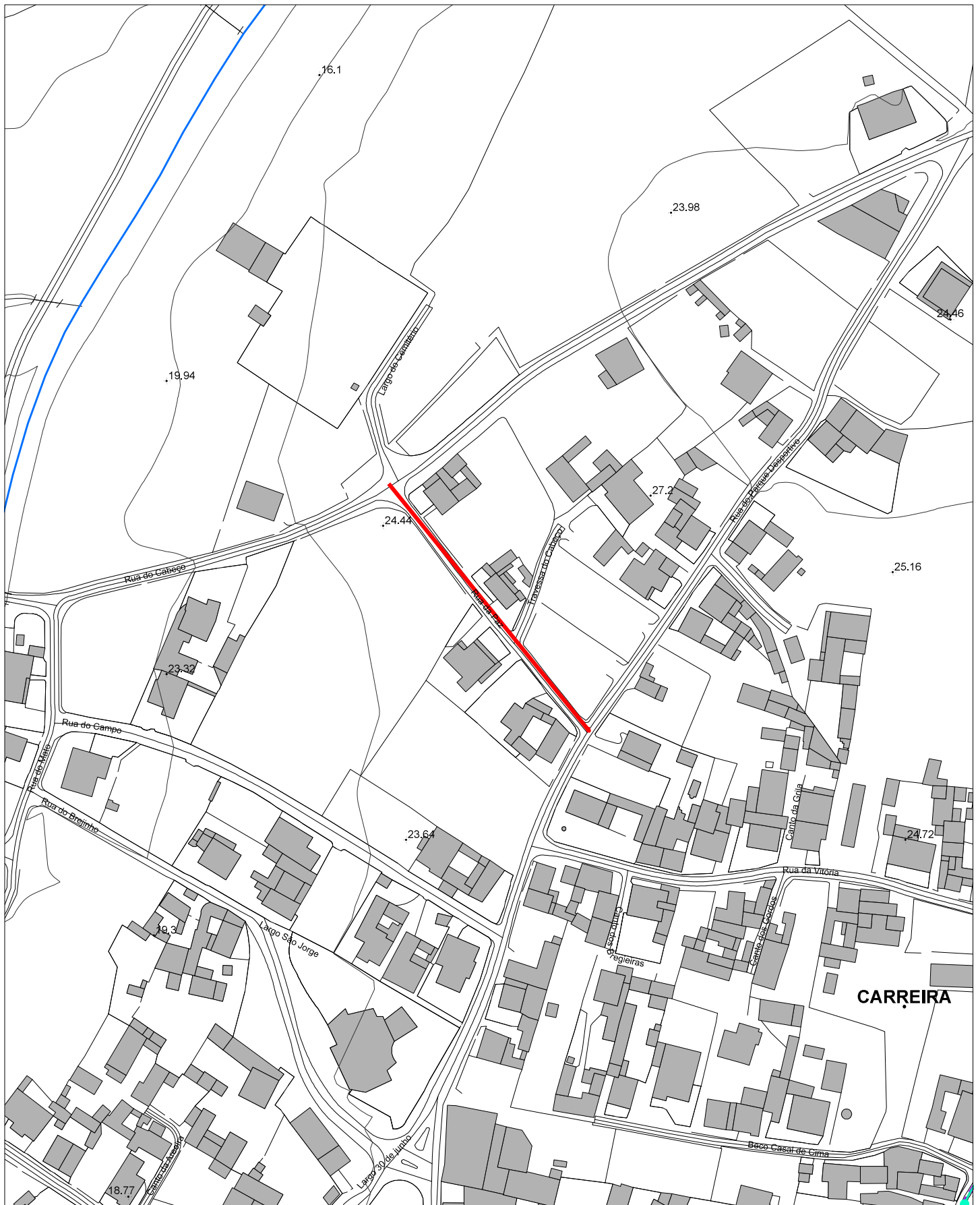
-  ÁREAS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS
-  ÁREAS RECLASSIFICADAS PARA ATIVIDADES ECONÓMICAS
-  ÁREAS RECLASSIFICADAS PARA EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA
-  ARRABAL
-  ESTAÇÃO DA LINHA DE ALTA VELOCIDADE - ELAV
-  LEIRIA
-  LOUREIRA
-  MACEIRA
-  MONTE REAL
-  PEDRÓGÃO
-  BAROSA SUL

PLANOS EM VIGOR

-  PLANO DE PORMENOR ARRABALDE DA PONTE
-  PLANO DE PORMENOR DE SANTO AGOSTINHO
-  PLANO DE PORMENOR S. ROMÃO/OLHALVAS
-  PLANO DE PORMENOR DO OUTEIRO PELADO



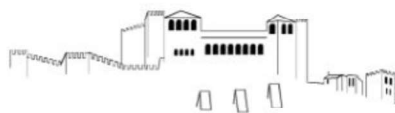
Plano Diretor Municipal de Leiria
Aviso nº4564/2022, de 3 de março | Planta de Ordenamento - Salvaguardas



Guia nº: <GUIA>

Escala: 1:2,000

Data: 5/15/2026



Plano Diretor Municipal de Leiria
Aviso nº 9036/2026, de 24 de abril | Planta de Ordenamento - Salvaguardas
Legenda

RECURSOS GEOLÓGICOS

-  CONTRATOS DE PROSPECÇÃO E PESQUISA
-  PEDREIRAS EM FASE DE ADAPTAÇÃO
-  MINA DA GUIMAROTA
-  CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA

EQUIPAMENTOS

-  HOSPITAL DE SANTO ANDRÉ
-  HOSPITAL DE SANTO ANDRÉ - ZONA DE PROTECÇÃO

INFRAESTRUTURAS

- REDE ELÉTRICA
-  MÉDIA TENSÃO PROPOSTA

ABASTECIMENTO DE ÁGUAS

-  ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS EXISTENTES
-  ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA EXISTENTES
-  RESERVATÓRIOS DE ÁGUA EXISTENTES
-  RESERVATÓRIOS DE ÁGUA PROPOSTOS
-  CONDUTA ADUTORA EXISTENTE
-  CONDUTA ADUTORA PROJETADA

DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

-  ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS EXISTENTES
-  ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUAS RESIDUAIS EXISTENTES
-  EMISSÁRIO DE ÁGUAS RESIDUAIS EXISTENTE

OUTRAS INFRAESTRUTURAS E ATIVIDADES PERIGOSAS

-  ESTABELECIMENTOS ABRANGIDOS PELO REGIME DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES GRAVES (ARTIGO 7º DO DECRETO-LEI N.º 150/2015, DE 5 DE AGOSTO)
-  ZONA DE PERIGOSIDADE

OUTRAS INFRAESTRUTURAS

-  AERÓDROMO DA GÂNDARA

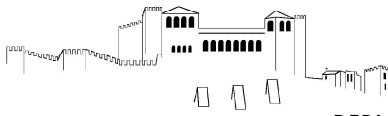
ZONAS DE PROTECÇÃO

-  1ª Zona de Protecção
-  2ª Zona de Protecção
-  3ª Zona de Protecção
-  4ª Zona de Protecção
-  5ª Zona de Protecção

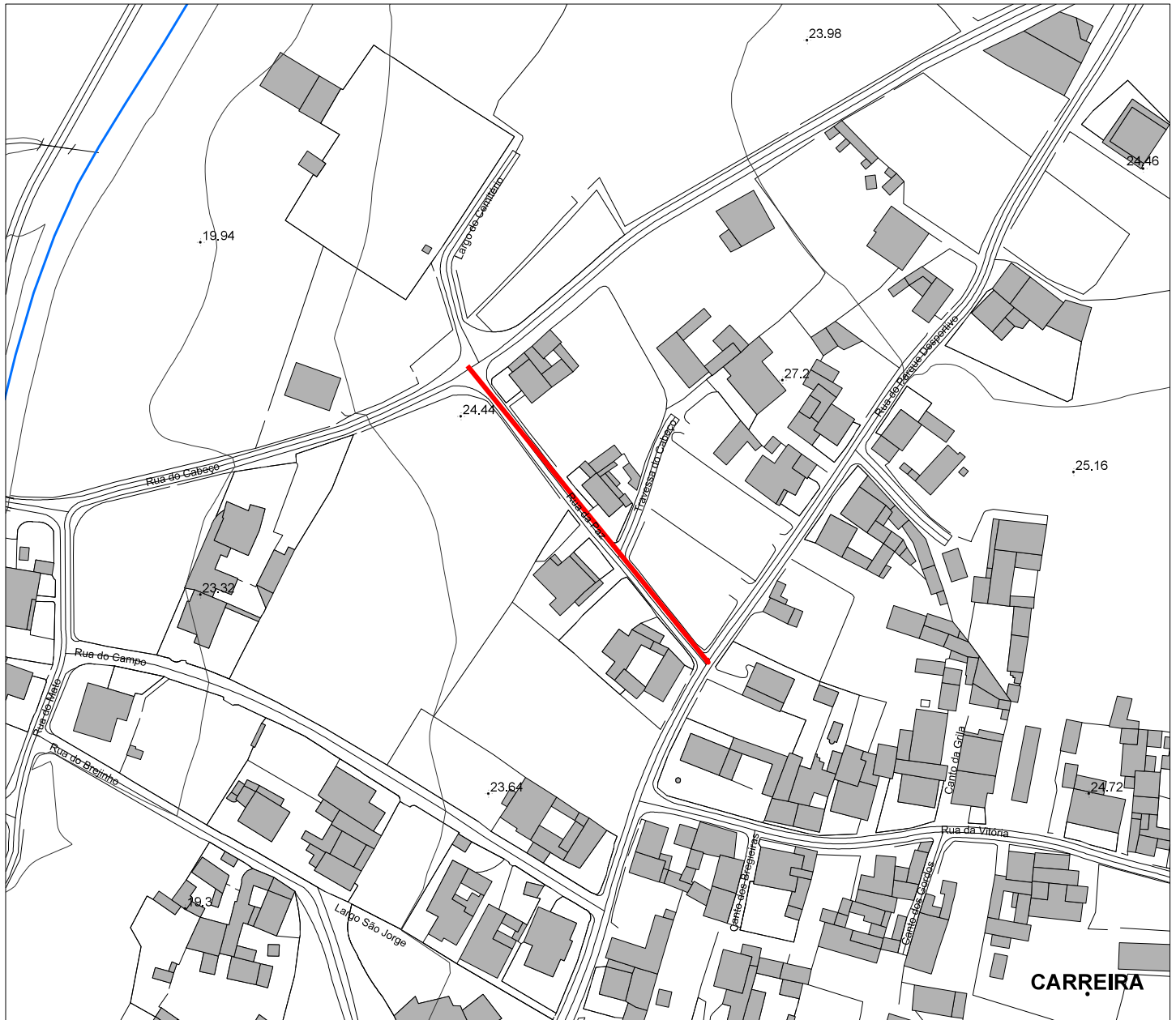
-  HELIPORTO DO HOSPITAL DE SANTO ANDRÉ

ZONAS DE PROTECÇÃO

-  1ª Zona de Protecção
-  2ª Zona de Protecção
-  3ª Zona de Protecção



Plano Diretor Municipal de Leiria
Aviso nº4564/2022, de 3 de março | Planta de Ordenamento - Valores Patrimoniais



BENS IMÓVEIS CLASSIFICADOS

- MN** MONUMENTO NACIONAL
- IP** INTERESSE PÚBLICO
- IM** INTERESSE MUNICIPAL

**EDIFÍCIOS PÚBLICOS DE INTERESSE PÚBLICO
E OUTRAS CONSTRUÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO**

- EP** EDIFÍCIOS PÚBLICOS DE INTERESSE PÚBLICO
E OUTRAS CONSTRUÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

PATRIMÓNIO REFERENCIADO

- PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO

CATEGORIA I

- PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

CATEGORIA II

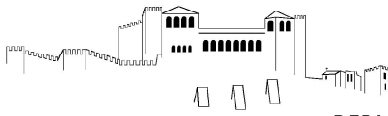
- PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO
- CONJUNTO PATRIMONIAL

CATEGORIA III

- PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO
- CONJUNTO PATRIMONIAL

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

- SÍTIO ARQUEOLÓGICO
E RESPECTIVO PERÍMETRO DE SALVAGUARDA
- ÁREA DE SENSIBILIDADE ARQUEOLÓGICA
- CONJUNTO ARQUEOLÓGICO



Plano Diretor Municipal de Leiria
Aviso nº4564/2022, de 3 de março | Planta de Ordenamento - Estrutura Ecológica Municipal



ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

- LEITOS CURSOS DE ÁGUA
- ÁREAS FUNDAMENTAIS
- ÁREAS COMPLEMENTARES

CORREDORES ECOLÓGICOS

- CORREDORES ESTRUTURANTES
- CORREDORES COMPLEMENTARES



Plano Diretor Municipal de Leiria
Aviso nº4564/2022, de 3 de março | Planta de Ordenamento - Faixas de Proteção e Salvaguarda - POC



- Limite da Frente Urbana
- Limite Perímetro Urbano
- Limite da Área de Intervenção do Programa da Orla Costeira - POC

Zona Terrestre de Proteção

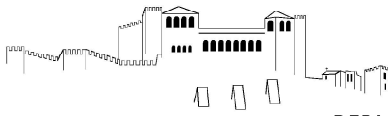
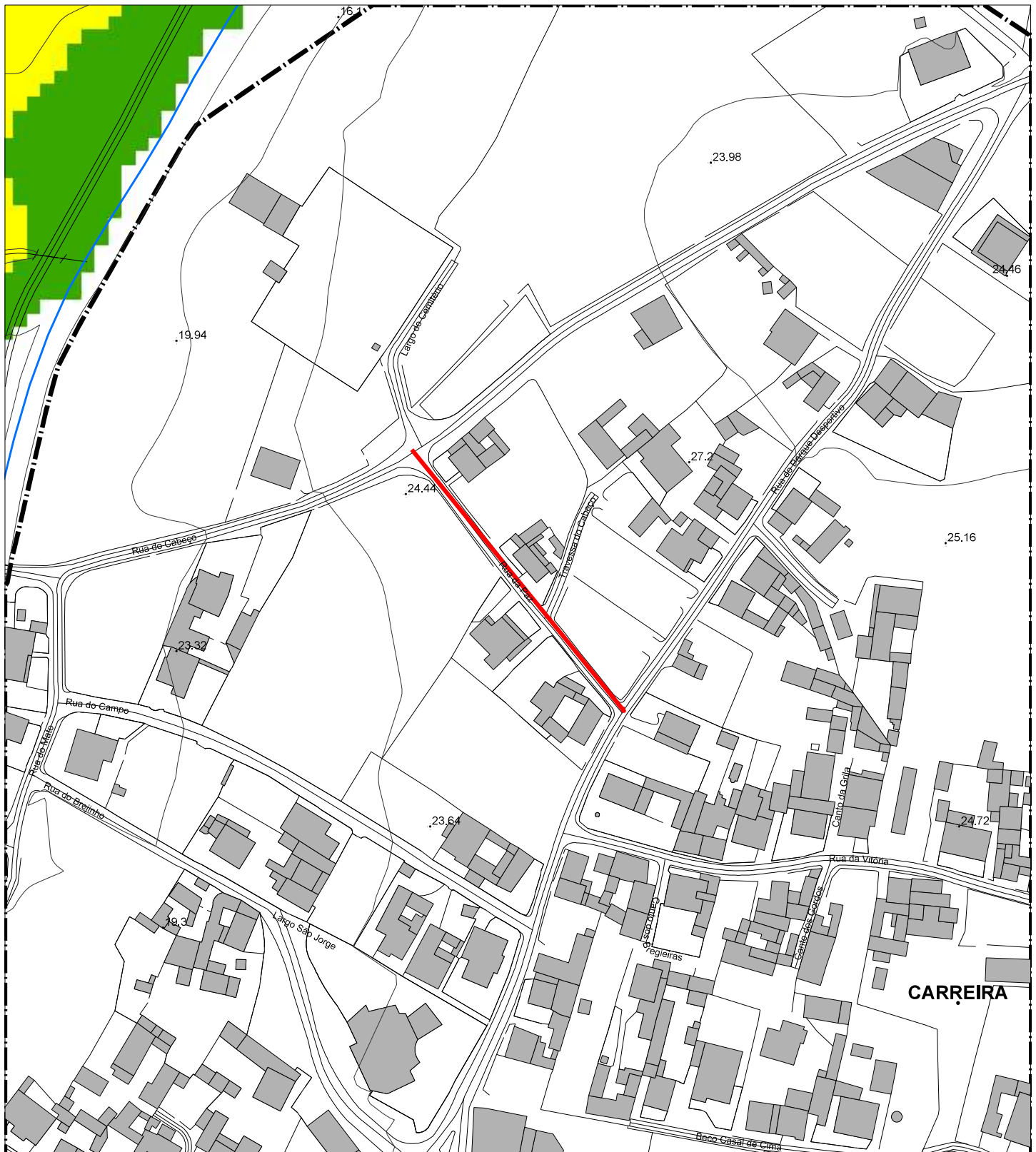
- Faixa de Proteção Costeira
- Faixa de Proteção Complementar
- Margem das Águas do Mar

Faixas de Salvaguarda em Litoral Arenoso

- Faixa de Salvaguarda à Erosão Costeira - nível I e II
- Faixa de Salvaguarda ao Galgamento e Inundação Costeira - nível I e II

Faixas de Salvaguarda em Litoral Arenoso

- Faixa de Salvaguarda para o Mar
- Faixa de Salvaguarda para a Terra - nível I
- Faixa de Salvaguarda para a Terra - nível II

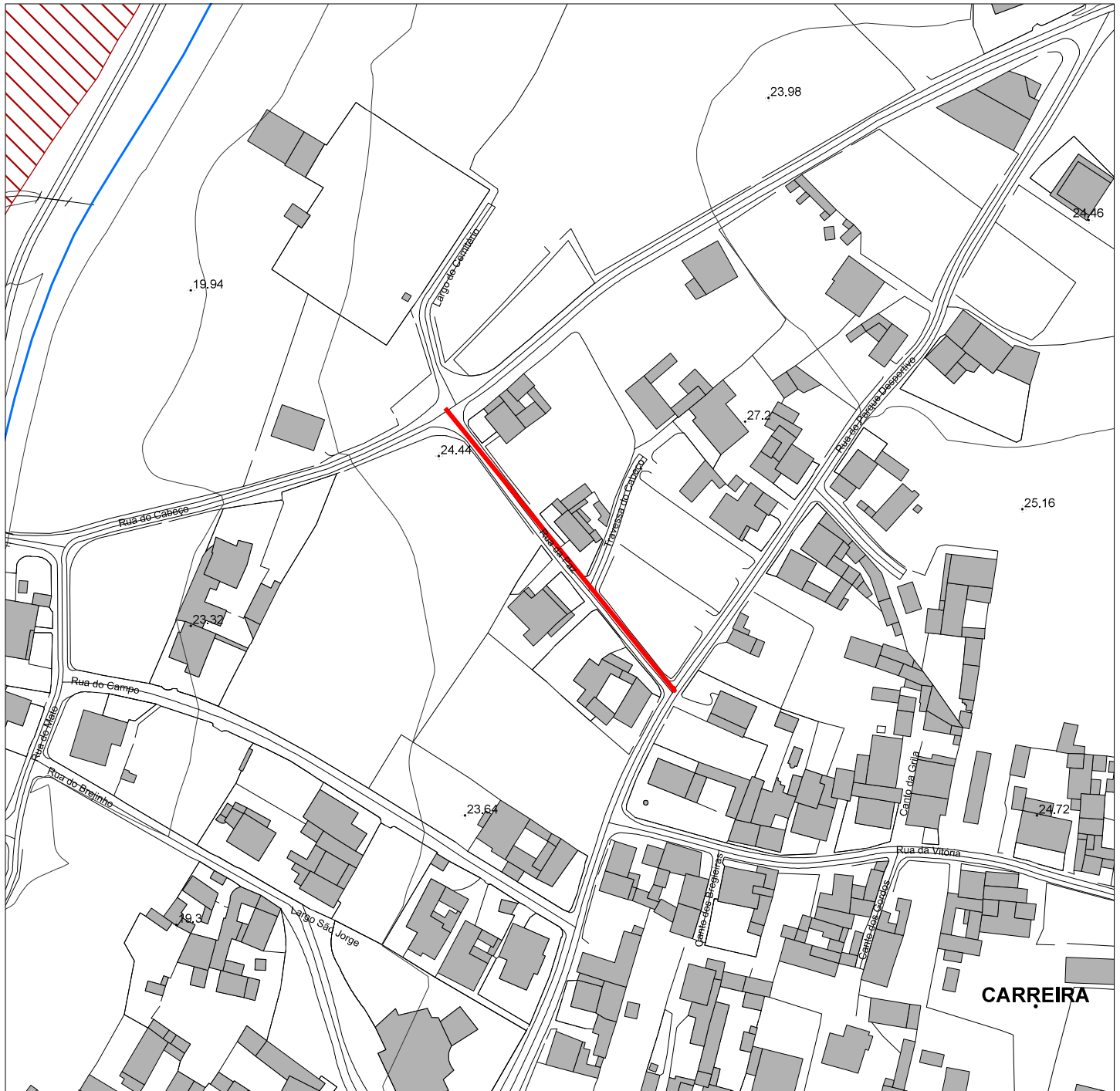
**Plano Diretor Municipal de Leiria**
Declaração nº62/2024, de 22 de agosto | Planta de Ordenamento - Riscos de Cheias e Inundações**Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação - ARPSI:**

 Muito Baixo - Baixo  Médio  Alto - Muito Alto

 Solo urbano



Plano Diretor Municipal de Leiria
Aviso nº20086/2022, de 21 de outubro | Planta de Condicionantes - Reserva Ecológica Nacional



TIPOLOGIAS DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

Cabeceiras das linhas de água

Dunas litorais, primárias ou secundárias

Escarpas

Faixa de proteção de escarpas

Faixa de proteção de lagoa

Faixa marítima

Lagoas

Leitos dos cursos de água

Praias

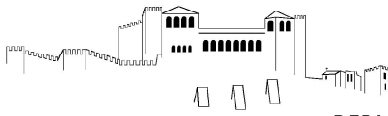
Zonas ameaçadas pelas cheias

Áreas com riscos de erosão

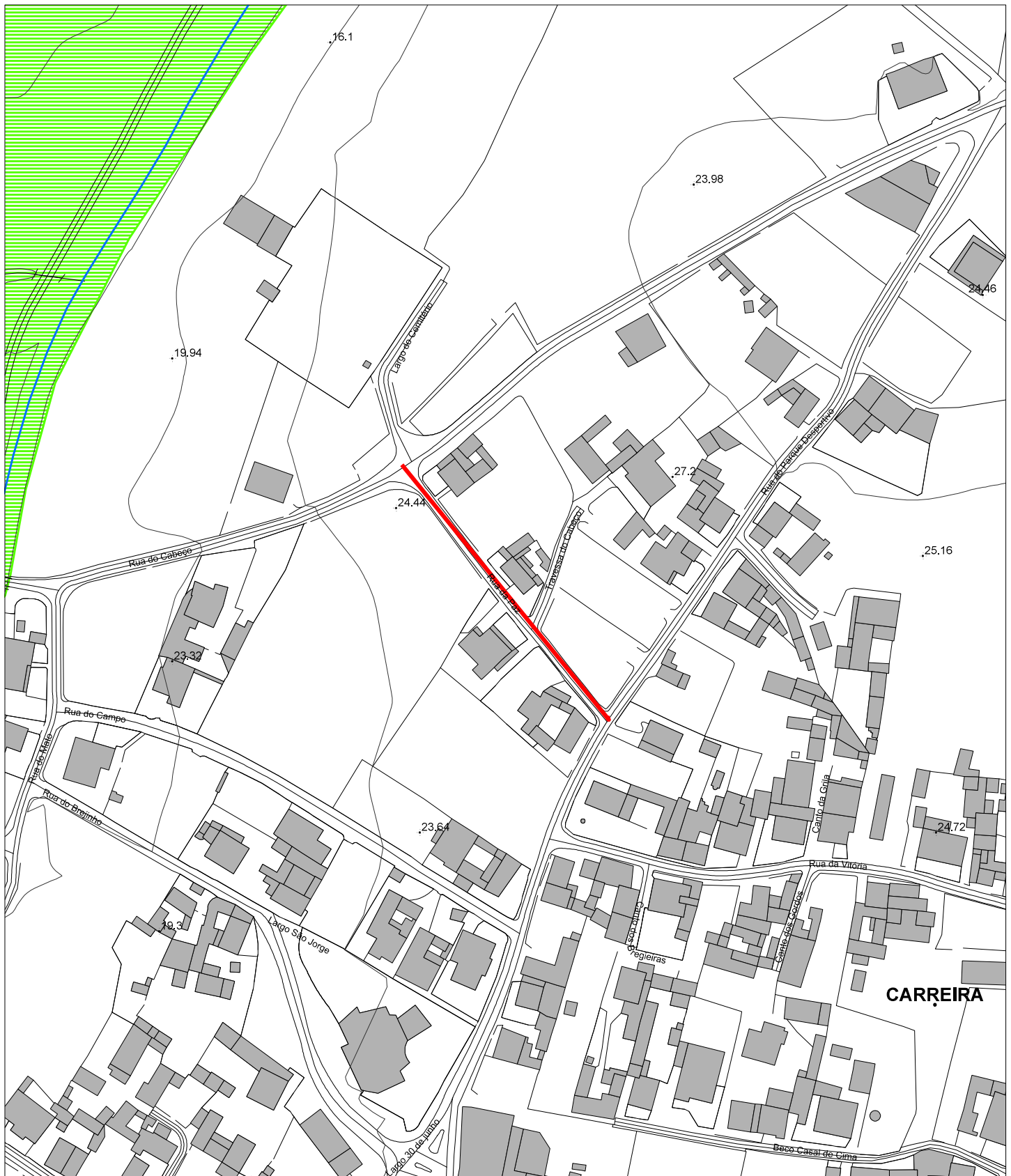
Áreas de máxima infiltração

Exclusão por compromisso

Exclusão para a satisfação de carências

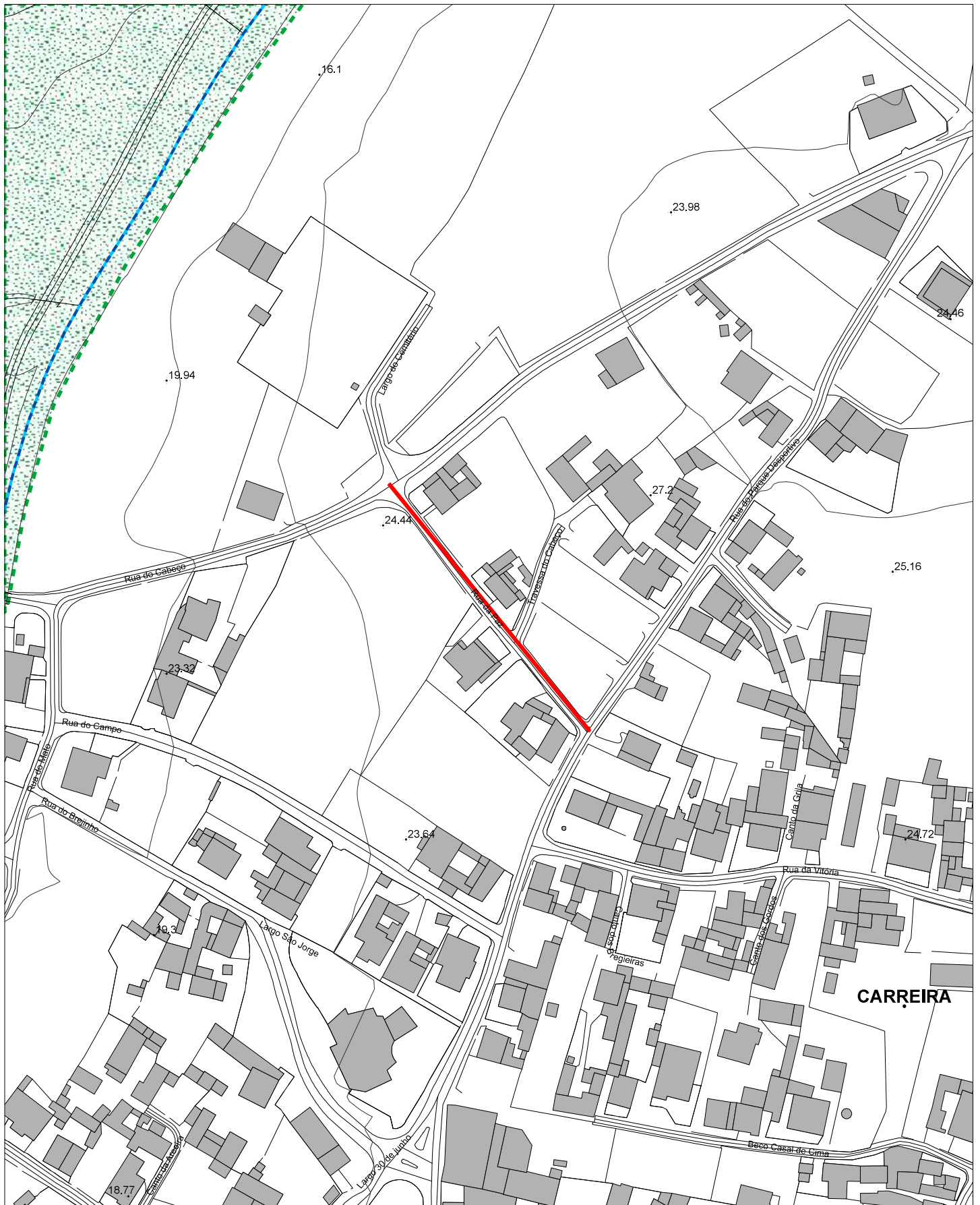


Plano Diretor Municipal de Leiria
Aviso nº4564/2022, de 3 de março | Planta de Condicionantes - Reserva Agrícola Nacional

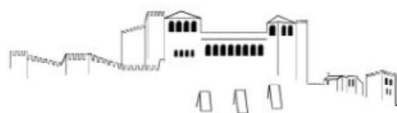


RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

Plano Diretor Municipal de Leiria



Data: 5/15/2026



CÂMARA MUNICIPAL | MUNICÍPIO DE LEIRIA
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Plano Diretor Municipal de Leiria
Aviso nº 9036/2026, de 21 de abril | Planta de Condicionantes - Outras Condicionantes
Legenda

RECURSOS NATURAIS

RECURSOS HÍDRICOS

DOMÍNIO HÍDRICO

- LEITOS E MARGENS DOS CURSOS DE ÁGUA
- LINHA LIMITE DA MARGEM DAS ÁGUAS COSTEIRAS
- DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO
- MARGEM

LAGOAS DE ÁGUAS PÚBLICAS - LAGOA DA ERVEDEIRA

- LEITO E MARGEM DA LAGOA
- ZONA RESERVADA DA ZONA TERRESTRE DE PROTEÇÃO (100 METROS)
- ZONA TERRESTRE DE PROTEÇÃO (500 METROS)

RECURSOS GEOLÓGICOS

ÁGUAS MINERAIS NATURAIS - MONTE REAL

- CONCESSÃO
- ZONA ALARGADA DE PROTEÇÃO
- ZONA INTERMÉDIA DE PROTEÇÃO
- ZONA IMEDIATA DE PROTEÇÃO

PEDREIRAS

- CONCESSÕES MINERAIS
- ÁREA CATIVA (BARRAÇÃO/POMBAL/REDINHA E MACEIRA/LEIRIA)
- ÁREA DE RESERVA (BARRAÇÃO/POMBAL/REDINHA E MACEIRA/LEIRIA)

CAPTAÇÕES DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DESTINADAS AO ABASTECIMENTO PÚBLICO

PERÍMETRO DE PROTEÇÃO DE CAPTAÇÕES DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

- ZONA DE PROTEÇÃO IMEDIATA
- ZONA DE PROTEÇÃO INTERMÉDIA
- ZONA DE PROTEÇÃO ALARGADA

RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS

OBRAS DE APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA

- LIMITE DO REGADIO DO SIROL
- LIMITE DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO VALE DO LIS (AHVL)
- CANAIS PRINCIPAIS DE REGA E COLECTORES DE DEFESA
- AÇUDES
- EEA - ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS

REGIME FLORESTAL

- REGIME FLORESTAL TOTAL
- REGIME FLORESTAL PARCIAL

ÁRVORES DE INTERESSE PÚBLICO

ÁRVOREDO DE INTERESSE PÚBLICO

RECURSOS ECOLÓGICOS

- ZONA ESPECIAL DE CONSERVAÇÃO DO AZABUCHO/LEIRIA - REDE NATURA 2000
- REDE NATURA 2000 - ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL AVEIRO / NAZARÉ

PATRIMÓNIO

BENS IMÓVEIS CLASSIFICADOS

- ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO
- ZONA GERAL DE PROTEÇÃO
- LIMITE IMÓVEIS

MONUMENTO NACIONAL

- 1 CASTELO E CAPELA DE SÃO PEDRO - ZONA NON AEDIFICANDI
- 2 ABRIGO DO LAGAR VELHO - ÁREA NON AEDIFICANDI
- 3 SÉ CATEDRAL DE LEIRIA - INCLUÍDO O CLAUSTRO, O ADRO ENVOLVENTE, A TORRE SINEIRA E A CASA DO SINEIRO, LOCALIZADAS A NOROESTE DA SÉ

INTERESSE PÚBLICO

- 4 IGREJA E CONVENTO DE SÃO FRANCISCO
- 5 CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DOS CAPUCHOS
- 6 IMÓVEL ONDE ESTÁ INSTALADO O COLÉGIO DOUTOR CORREIA MATEUS
- 7 CONVENTO DE SANTO AGOSTINHO E ANTIGO SEMINÁRIO
- 8 CAPELA DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO
- 9 PELOURINHO DE MONTE REAL
- 10 MERCADO DE SANTANA
- 11 IGREJA DE NOSSA SENHORA DA LUZ
- 12 IGREJA DA MISERICÓRDIA DE LEIRIA

INTERESSE MUNICIPAL

- 13 CASA DA CÂMARA DE MONTE REAL
- 14 VILLA PORTELA

EDÍFICIOS PÚBLICOS DE INTERESSE PÚBLICO, E OUTRAS CONSTRUÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

ZONA DE PROTEÇÃO

- I ESCOLA SECUNDÁRIA DOMINGUES SEQUEIRA
- II CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS E CTT
- III TRIBUNAL JUDICIAL DE LEIRIA
- IV ESCOLA SECUNDÁRIA DE FRANCISCO RODRIGUES LOBO
- V IGREJA DE SANTA EUFÉMIA

INFRAESTRUTURAS

REDE DE GÁS

- REDE NACIONAL DE TRANSPORTE DE GÁS
- REDE NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS

REDE ELÉTRICA

- MÉDIA TENSÃO
- ALTA TENSÃO
- MUITO ALTA TENSÃO



MARCOS GEODÉSICOS

REDE RODOVIÁRIA NACIONAL E ESTRADAS REGIONAIS

- REDE RODOVIÁRIA NACIONAL
- REDE NACIONAL FUNDAMENTAL - ITINERÁRIOS PRINCIPAIS
- REDE NACIONAL COMPLEMENTAR - ITINERÁRIOS COMPLEMENTARES
- ESTRADAS NACIONAIS
- ESTRADAS REGIONAIS
- ESTRADA REGIONAL

ESTRADAS DESCLASSIFICADAS

- ESTRADA DESCLASSIFICADA

REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL

- ESTRADA MUNICIPAL
- CAMINHO MUNICIPAL

REDE FERROVIÁRIA

- REDE FERROVIÁRIA

TELECOMUNICAÇÕES

- FEIXE HERTZIANO LEIRIA/FIGUEIRA DA FOZ
- FEIXE HERTZIANO SERRA DOS CANDEIROS/LEIRIA

EQUIPAMENTOS

ZONA DE PROTEÇÃO

ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

- 1 ESTABELECIMENTO PRISIONAL E REGIONAL DE LEIRIA
- 2 ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE LEIRIA

DEFESA NACIONAL

INSTALAÇÕES MILITARES

- RAL REGIMENTO DE ARTILHARIA DE LEIRIA
- BASE AÉREA Nº5
- 1ª E 2ª ZONAS DE PROTEÇÃO DA BASE AÉREA Nº5
- ÁREA DE DESOBSTRUÇÃO DA BASE AÉREA Nº5

ATIVIDADES PERIGOSAS



ESTABELECIMENTO COM PRODUTOS EXPLOSIVOS

- ZONA DE SEGURANÇA - ESTABELECIMENTOS COM PRODUTOS EXPLOSIVOS